

RECURSO ESPECIAL Nº 1.732.180 - SC (2018/0069543-8)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : **SÉRGIO ANDRE BUCCI FERNANDES**
ADVOGADOS : **DEMITRIO CUSTÓDIO - SC015337**
 ALINE JUNCES - SC023131
 RAFAEL JUNCES - SC033144
RECORRIDO : **MARIA TEREZINHA DE OLIVEIRA HOEPERS**
ADVOGADOS : **JORGE ALEXANDRE RODRIGUES - SC015444**
 ISABELA DE VILLA FERNANDES - SC028881

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. DEVER DE INDENIZAR E VALOR INDENIZATÓRIO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 7/STJ. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL.

1. Inexistência de maltrato ao art. 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil, quando o acórdão recorrido, ainda que de forma sucinta, aprecia com clareza as questões essenciais ao julgamento da lide.

2. A revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pela parte recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre a ocorrência de dano moral, providência vedada pelo óbice previsto no Enunciado n.º 7/STJ.

3. É possível a modificação dos valores fixados a título de indenização por danos morais se estes se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, o que não ocorre no caso dos autos. Incidência do Enunciado n.º 7/STJ.

4. Segundo a jurisprudência do STJ, salvo situações excepcionais, os juros de mora na condenação por dano moral são contados da citação ou do evento danoso, conforme se trate de responsabilidade contratual ou extracontratual, respectivamente.

5. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por SÉRGIO ANDRE BUCCI FERNANDES com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição da República contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (fl. 177):

APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS. REQUERIMENTO DE JUSTIÇA GRATUITA DEFERIDO APENAS PARA DISPENSAR A AUTORA DO PAGAMENTO DO PREPARO RECURSAL. MÉRITO. CIRURGIA ESTÉTICA DE MAMA. REALIZAÇÃO DE TRÊS CIRURGIAS, DUAS DAS QUAIS PARA REPARAR ERROS DO PRIMEIRO PROCEDIMENTO. AUSÊNCIA DE PROVAS DE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PELO MÉDICO RÉU. INTERVALO ENTRE A PRIMEIRA CIRURGIA E A SEGUNDA DE QUASE DOIS ANOS E DESTA PARA A TERCEIRA DE QUASE UM ANO. IMPERÍCIA PELA FALTA DE QUALIFICAÇÃO MÉDICA PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO E NEGLIGÊNCIA PELA NÃO SOLICITAÇÃO DE EXAMES PRÉVIOS NÃO VERIFICADOS. AUTORA DIAGNOSTICADA COM CÂNCER DE MAMA MAIS DE TRÊS ANOS APÓS A PRIMEIRA INTERVENÇÃO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE QUE A DOENÇA PREEEXISTIA À ÉPOCA DAS CIRURGIAS REALIZADAS PELO RÉU. CONSTATAÇÃO, TODAVIA, DE VIOLAÇÃO, PELO MÉDICO, DO NECESSÁRIO DEVER DE INFORMAÇÃO AO PACIENTE (ART. 6.º, INC. III, DO CDC). AUSÊNCIA DE PROVA DO CONSENTIMENTO INFORMANDO A AUTORA ACERCA DOS RESULTADOS ESPERADOS, DA POSSIBILIDADE DE INTERCORRÊNCIAS E DA EVENTUAL REALIZAÇÃO DE NOVAS CIRURGIAS. PRESENÇA DOS REQUISITOS ENSEJADORES DA RESPONSABILIDADE CIVIL (ATO ILÍCITO, CULPA, DANO E NEXO DE CAUSALIDADE). INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DEVIDA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA PARA O JULGAMENTO DE PARCIAL PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. REDIMENSIONAMENTO DOS ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Consta dos autos que MARIA TEREZINHA DE OLIVEIRA HOEPERS ajuizou ação de indenização em desfavor de SÉRGIO ANDRE BUCCI FERNANDES.

O juízo de primeiro grau julgou improcedentes os pedidos formulados na petição inicial na forma do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, além de condenar a demandante ao pagamento das custas e honorários advocatícios

fixados em R\$ 1.000,00 (mil reais).

Irresignada, a demandante interpôs recurso de apelação.

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina deu provimento ao recurso para julgar parcialmente procedente a pretensão inicial e condenar o requerido ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sobre os quais deverão incidir juros moratórios desde a data do evento danoso e correção monetária a contar do arbitramento conforme a ementa acima transcrita.

Opostos embargos de declaração, estes restaram rejeitados nos seguintes termos (fl. 204):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DE ó INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR A MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO RECORRIDO. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

Em suas razões de recurso especial, o recorrente alegou contrariedade ao art. 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil, ao argumento de que houve negativa de prestação jurisdicional. Apontou ofensa ao art. 944, do Código Civil, sob o fundamento de que inexistente o dever de indenizar e exagerado o valor fixado a título de danos morais. Aduziu negativa de vigência o art. 405, do CC, sob o arrimo de que os juros de mora são devidos a partir da citação. Acenou pela ocorrência de divergência jurisprudencial. Requereu, por fim, o provimento do recurso especial.

Não houve apresentação de contrarrazões.

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial merece parcial provimento.

1. No que tange à negativa de prestação jurisdicional:

Verifica-se que as questões submetidas ao Tribunal *a quo* foram suficiente e adequadamente apreciadas, com abordagem integral dos temas e

fundamentação compatível. Destarte, não há se falar em negativa de prestação jurisdicional e ausência de fundamentação.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COMINATÓRIA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. JULGAMENTO EXTRA PETITA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO VIOLADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. 3. DANO MORAL. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Não ficou configurada a violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional.

(...)

4. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1453804/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/08/2019, DJe 20/08/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. OMISSÃO NO ACÓRDÃO DE ORIGEM. ARTIGOS 489 E 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE. VALOR DANO MORAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, obscuridades ou contradições, deve ser afastada a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, I e II, do Código de Processo Civil. (...)

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1774091/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019)

Ademais, consoante a jurisprudência do STJ, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. DEFERIMENTO DO PEDIDO LIMINAR. POSSE VELHA. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. CABIMENTO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Não configura ofensa ao art. 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015 o fato de o Tribunal de origem, embora sem examinar individualmente cada um dos argumentos suscitados, adotar fundamentação contrária à pretensão da parte recorrente, suficiente para decidir integralmente a controvérsia.

2. Inexiste afronta ao art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015 quando o órgão julgador se pronuncia de forma clara e suficiente acerca das questões suscitadas nos autos, não havendo necessidade de se construir textos longos e individualizados para rebater uma a uma cada argumentação, quando é possível aferir, sem esforço, que a fundamentação não é genérica.

(...)

6. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1089677/AM, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 16/02/2018)

2. No que tange ao dever de indenizar e ao valor indenizatório:

Na hipótese dos autos, o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ao julgar o recurso de apelação, reformou a sentença de primeiro grau, em sua integralidade, e deu provimento ao pedido formulado na petição inicial sob o seguintes fundamentos (fl. 190):

(...)

Assim, do cotejo analítico entre os fatos e os argumentos deduzidos pela autora na inicial e a defesa do réu em contestação, tem-se que, embora não haja a ocorrência de erro médico per se - porque, como visto até o momento, as cirurgias deram-se conforme padrões técnicos -, as possíveis intercorrências e a eventual necessidade de novas cirurgias não foram corretamente informadas por seu cirurgião à paciente, o que lhe ocasionou a submissão ao procedimento sem o exato esclarecimento dos riscos que o envolviam.

Veja-se que, na resposta, o réu defendeu que "o deslocamento

das próteses já foi relatado por diversas vezes na literatura médica [...], fazendo-se necessária então a realização de uma nova cirurgia para correção" (fls. 66-67), e que "os procedimentos cirúrgicos nem sempre obterão os resultados esperados, sendo que cada paciente terá resultados distintos" (fl. 67).

E, conquanto essas possibilidades fossem de conhecimento do réu, este não alegou, mas sobretudo não provou, que declinou a informação à autora, e que esta ainda assim haveria aceitado, por termo de consentimento informado, sujeitar-se ao procedimento eletivo.

Dessarte, não obstante a realização da cirurgia dentro do esperado, e não obstante as sucessivas cirurgias não indiquem, necessariamente, qualquer erro por parte do médico, parece-me certo que a demandante foi lesada em seus direitos de informação, e que a omissão do médico ocasionou-lhe dano de ordem extrapatrimonial.

Nesse caso, portanto, coexistem os requisitos de ato ilícito - situado na infração de dever legal de informação (art. 6.º, inc. III, do CDC) -, a culpa - no caso, proveniente da negligência e da omissão do médico -, o dano - porquanto a paciente houve de ser submetida a sucessivas cirurgias sem que soubesse, de antemão, da eventual necessidade de sua realização -, e o nexo de causalidade, que, na hipótese, é autoevidente.

(...)

Assim, tenho que o recurso deva ser parcialmente provido para dar, ao pedido inicial, parcial procedência e condenar o réu à satisfação de reparação por dano moral em R\$ 8.000,00.

Nesse contexto, a revisão das conclusões a que chegou a instância ordinária, quanto ao dever de indenizar, ensejaria incursão no acervo fático-probatório da causa, o que não se coaduna com a via do recurso especial, a teor do que dispõe o Enunciado n.º 7/STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. MATÉRIA JORNALÍSTICA. PUBLICAÇÕES ABUSIVAS. DANOS MORAIS RECONHECIDOS NA ORIGEM. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria

fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1472098/PB, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 18/03/2020)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO REQUERENTE.

1. A revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pela parte recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre a não demonstração da ocorrência de dano moral.

Incidência da Súmula 7/STJ.

2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 405.624/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/03/2020, DJe 19/03/2020)

Em relação ao valor fixado a título de danos morais, consoante a jurisprudência o STJ, é possível a modificação dos valores fixados a título de indenização por danos morais se estes se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, o que não ocorre no caso dos autos.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO. INSCRIÇÃO. CADASTRO. RESTRITIVO. CULPA CONCORRENTE. PREQUESTIONAMENTO FICTO. ART. 1.025 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. DANOS MORAIS. VALOR. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. SUCUMBÊNCIA. GRAU. MATÉRIA DE FATO. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/2015) em recurso especial exige que no mesmo recurso seja também indicada violação do art. 1.022 do CPC/2015.

3. No caso concreto, rever a conclusão do aresto impugnado acerca da responsabilidade da recorrente encontra o óbice da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. O Superior Tribunal de Justiça, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, tem reexaminado o montante a título de danos morais fixado pelas instâncias ordinárias apenas

quando irrisório ou abusivo, circunstâncias inexistentes no presente caso, em que arbitrada indenização no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

5. O reexame do conjunto fático-probatório da causa obsta a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

6. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de não se poder rever o entendimento exarado na origem, fixado a título de honorários de sucumbência, ante o óbice da Súmula nº 7/STJ.

7. O Enunciado Administrativo nº 7/STJ deliberou que nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais.

Hipótese dos autos.

8. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1514423/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/03/2020, DJe 19/03/2020)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DENÚNCIA PELA PRÁTICA DE CONDUTAS TIPIFICADAS SEM ESTRITA CORRESPONDÊNCIA AO APURADO EM INQUÉRITO POLICIAL. MAU FUNCIONAMENTO DO SISTEMA JUDICIAL CRIMINAL. DANOS MORAIS, CONFIGURADOS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de somente permitir a modificação dos valores fixados a título de indenização por danos morais se estes se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, o que não ocorre no caso dos autos, haja vista que os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade foram observados. Incidência da Súmula n. 7/STJ.

2. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

3. Agravo interno desprovido. (AgInt nos EDcl no AREsp 1490534/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/03/2020, DJe 20/03/2020)

3. No que tange ao termo inicial dos juros de mora:

Segundo a jurisprudência do STJ, salvo situações excepcionais, os juros

de mora na condenação por dano moral são contados da citação ou do evento danoso, conforme se trate de responsabilidade contratual ou extracontratual, respectivamente.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE DE PASSAGEIRA. PENSÃO MENSAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO VIOLADO. SÚMULA 284/STF. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Caso em que a empresa de transporte foi condenada a pagar indenização por danos morais e pensão mensal, em razão de acidente de trânsito envolvendo ônibus de sua propriedade, que resultou na morte de passageira, esposa e mãe dos autores da ação.

2. A ausência de indicação dos dispositivos de lei federal em tese violados pelo aresto recorrido caracteriza deficiência de fundamentação, conforme pacífico entendimento desta Corte Superior, fazendo incidir o óbice da Súmula 284/STF.

3. Segundo a jurisprudência desta Corte, salvo situações excepcionais, os juros de mora na condenação por dano moral são contados da citação ou do evento danoso, conforme se trate de responsabilidade contratual ou extracontratual, respectivamente, o que afasta a tese de incidência dos juros de mora a partir do arbitramento.

4. No caso, cuidando-se de responsabilidade contratual, os juros de mora incidem a partir da citação.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1426478/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 11/10/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA N. 54/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7/STJ).

2. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice para possibilitar a revisão. No caso, o valor estabelecido pelo Tribunal a quo não se mostra excessivo, a justificar sua reavaliação em recurso especial.

3. Conforme entendimento da Segunda Seção deste Tribunal, o termo inicial dos juros de mora, em casos de responsabilidade extracontratual, é a data do evento danoso, a teor da Súmula n. 54/STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento. (**AgInt no AREsp 1471537/PR, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 14/10/2019, DJe 16/10/2019**)

Ante o exposto, com base no art. 932, inciso V, do CPC/15, conheço e dou parcial provimento ao recurso especial para determinar que os juros de mora devem incidir a partir da citação.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator